

“Criançável, eu?”: ética, política e escuta na desconstrução da infância hegemônica

Yasmim Marques de Souza, Anamaria Silva Neves
e João Luiz Leitão Paravidini

Resumo

Partindo da hipótese de que os discursos hegemônicos sobre a infância geram efeitos de exclusão e assujeitamento da criança, utiliza-se de articulações possíveis entre Agamben, Benjamin e Lacan para discutir a infância como construção histórica e política, marcada por idealizações normativas e apagamentos sociais, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. Neste artigo, propõe-se discutir, de maneira ensaística, a noção de “criança enquanto método” como operador ético e epistemológico, capaz de desestabilizar discursos totalizantes e convocar escutas singulares. A psicanálise, em sua articulação com o inconsciente e o resto, oferece ferramentas para sustentar a emergência do sujeito, especialmente por meio do brincar e da escuta *flâneur*. Toma-se emprestado o *ethos* “criançável” de Vicentin (2020) para convidar o psicanalista a atuar na cena pública, reconhecendo a criança como produtora de saber e enunciação e defendendo no campo da política a escuta das crianças como recurso para a efetivação de direitos de proteção e liberdade.

Palavras-chave:

Infância; Psicanálise; Discurso; Criançável.

“Childing, me?”: ethics, politics and listening in the deconstruction of hegemonic childhood

Abstract

Based on the hypothesis that hegemonic speeches about childhood generate effects of exclusion and subjection of the child, we draw on possible connections between Agamben, Benjamin and Lacan to discuss childhood as a historical and political construct, shaped by normative idealizations and social erasures, especially in contexts of vulnerability. In this article, we propose to discuss,

in an essayistic manner, the notion of “child as a method” as an ethical and epistemological operator, able to destabilize totalizing discourses and call for singular forms of listening. Psychoanalysis, in its articulation with the unconscious and the rest, provides tools to sustain the child’s emergency, especially through playing and *flâneur* listening. We borrow Vincentin’s (2020) “childing” *ethos* to invite the psychoanalyst to engage on the public sphere, recognizing the child as a producer of knowledge and enunciation, and advocating, within the political field, the listening to children as a means to uphold rights to protection and freedom.

Keywords:

Childhood; Psychoanalysis; Discourse; Childing.

“¿Niñable, yo?” ética, política y escucha en la deconstrucción de la infancia hegemónica

Resumen

A partir de la hipótesis de que los discursos hegemónicos sobre la infancia generan efectos de exclusión y sometimiento del niño, utilizamos posibles articulaciones entre Agamben, Benjamin y Lacan, para discutir la infancia como una construcción histórica y política, marcada por idealizaciones normativas y borrados sociales, especialmente en contextos de vulnerabilidad. En este artículo, nos proponemos discutir, de manera ensayística, la noción de “niño como método” como operador ético y epistemológico, capaz de desestabilizar los discursos totalizadores y convocar escuchas singulares. La psicoanálisis, en su articulación con el inconsciente y el resto, proporciona herramientas para sostener la emergencia del niño, especialmente por medio del jugar y de la escucha *flâneur*. Tomamos prestado el *ethos* “niñable” de Vincentin (2020) para invitar al psicoanalista a actuar en la escena pública, reconociendo al niño como productor de conocimiento y enunciación y defendiendo, en el campo político, la escucha de los niños como recurso para la efectivización de derechos de protección y libertad.

Palabras clave:

Infancia; Psicoanálisis; Discurso; Niñable.

« **Enfantable, moi ?** » : **éthique, politique et écoute** dans la **déconstruction de l'enfance hégémonique**

Résumé

Partant de l'hypothèse que les discours hégémoniques sur l'enfance produisent des effets d'exclusion et d'assujettissement de l'enfant, nous établissons des liens possibles entre Agamben, Benjamin et Lacan, pour discuter l'enfance comme une construction historique et politique, marquée par des idéalizations normatives et des effacements sociaux, en particulier dans des contextes de vulnérabilité. Dans cet article, nous proposons de discuter, de manière essayistique, de la notion de « enfant comme méthode » en tant qu'opérateur éthique et épistémologique, capable de déstabiliser des discours totalisants et d'inviter à des écoutes singulières. La psychanalyse, dans son articulation avec l'inconscient et le reste, offre des outils pour soutenir l'émergence de l'enfant, en particulier à travers le jeu et l'écoute flâneur. Nous empruntons l'ethos « enfantable » de Vincentin (2020) pour inviter le psychanalyste à intervenir dans la scène publique, en reconnaissant l'enfant comme producteur de connaissances et d'énonciation et en défendant, dans le domaine politique, l'écoute des enfants comme ressource pour la réalisation des droits de protection et liberté.

Mots-clés :

Enfance ; Psychanalyse ; Discours ; Enfantable.

Introdução

Nas últimas décadas, a infância e as questões que a tangenciam têm ganhado reconhecimento na esfera pública. Com o alcance de um estatuto político, tem-se o direcionamento de ações e saberes específicos para a infância, porém, sem que se pergunte sobre a posição que as crianças ocupam na concepção dessas políticas (Voltolini, 2019).

A resplandecência da infância no âmbito público vem à custa de sua conformidade às normas e de certo assujeitamento aos dispositivos disciplinares descritos por Foucault (1987). Na modernidade, o “discurso da infância” coloca a criança como objeto de conhecimento das ciências humanas e naturais, a ser investigado, mensurado, classificado e normalizado por um conjunto de mecanismos disciplinares (Corazza, 2000).

No entanto, todo discurso comporta uma operação que tem como efeito um resto. Esse resto elidido e excluído pode materializar-se na forma de um corpo abjeto, expressão de um modo de ser não legítimo socialmente (Bugarelli & Victor, 2022).

Gurski (2012), ao analisar o cenário brasileiro, discorre sobre a dualidade simbólica da infância, com destaque para como as crianças ocupam, simultaneamente, posições contraditórias de “majestade” e “dejeito”: são idealizadas como depositárias de ideais adultos, mas também marginalizadas, especialmente em função das desigualdades sociais e históricas que marcam a diferença no tratamento dado às crianças de diferentes estratos sociais.

Retomemos Giorgio Agamben (2007) e o conceito de “estado de exceção” para acessar o sentido de crianças marginalizadas, que são reduzidas à condição de *homo sacer*: vidas desprovidas de valor político, expostas à violência e sem proteção jurídica. A análise de Agamben revela que a infância marginalizada é um sintoma da crise do Estado de direito. Ao serem incluídas por meio da exclusão, essas crianças encarnam a contradição fundamental da biopolítica: a democracia que promete proteção é a mesma que as reduz à “vida nua”. Essa premissa parece anunciar que tal discurso, ao tentar garantir sua unidade e completude, produz suas próprias exclusões, que reduzem aquilo que é excluído à condição de resto.

Os discursos tecnocientíficos, em aliança com a lógica neoliberal, dominam a cena social na contemporaneidade, cooptam a medicina, a psicologia, a psiquiatria, que se tornam aptas a suturar essa hiância que chamamos de resto (Carneiro & Pinheiro, 2011). As crianças que não correspondem ao ideal domesticado, obediente e produtivo, pautados pelas leis do mercado, são destituídas da condição de proteção da infância e submetidas a coações e comportamentos embrutecedores, a pretexto de amadurecimento necessário (Schérer, 2009). A verdade dos discursos tecnocientíficos se sobrepõe à construção da verdade do sujeito.

O comparecimento da criança à cena pública, então, confronta negações precárias, que permitem tamponar o resto. É aqui que nos perguntamos sobre as infâncias marginalizadas, contra-hegemônicas, crianças que contrariam o ideal de infância de nosso tempo, insistindo em enunciar certos horrores políticos e sociais, para os quais invariavelmente faltam palavras: a pobreza, a violência, a exclusão.

A psicanálise aborda a questão do resto ao sustentar seu lugar à margem dos outros saberes, com uma lógica própria e singular. A partir da psicanálise, é possível vislumbrar saídas pela escrita do resto, no limiar da letra, convocando à invenção de um saber-fazer do sujeito com o Real (Carneiro & Pinheiro, 2011).

Interessa à psicanálise a questão posta por Vicentin (2020) acerca das tensões relativas aos direitos de proteção e à suposta incapacidade sociopolítica de crianças na posição de subordinação das infâncias. Sendo inegável a condição peculiar de “ser em desenvolvimento”, deve-se assegurar à criança uma forma peculiar de interpretar seus enunciados, que têm valor representativo de sujeito.

A infância “ilegível”

Ariès (1981) aponta para as diferentes posições e expectativas que a criança ocupou diante da família e da sociedade ao longo da história e que atravessaram a mudança de visão e o discurso acerca da infância e do infantil. Isso nos adverte sobre a necessidade de conceber a noção sociológica e histórica de infância para compreender os deslocamentos operados pela cultura, que foi significando e delimitando o lugar de infância no século XXI. A infância aqui anunciada emerge como alvo de intervenções que respondem a uma série de saberes que interpõem não só antecipações da vida adulta, mas também ideais mercadológicos que ditam quais condições são passíveis de realizar a experiência da infância.

Para Katz (2021), tomar a “criança enquanto método” produz torções no campo da infância, pois diferencia a “Criança Efeito” — que representa a criança como produto de estruturas simbólicas e discursivas, e efeito das dinâmicas familiares e sociais — da “Criança Acontecimento” — que se refere à criança como ruptura, um evento que desafia normas e revela fissuras nos sistemas simbólicos, em que a relação com o Outro é radicalmente singular.

A noção de “Criança Acontecimento” desloca a criança da posição de “objeto de intervenção” para a posição de operador teórico e ético capaz de revelar contradições sociais e subjetivas. Tomar as experiências da criança como cerne metodológico outorga a condição simbólica do sujeito que fala a partir de determinado lugar; porém, de forma que retire predicações estigmatizantes, que nos levam a considerar as crianças marginalizadas como “sem infância”, quando na verdade vivem outra modalidade de infância (Katz, 2023).

Os descaminhos entre o que a “criança deveria ser” ou “ter” e o que de fato ela vive nos convocam não só a pluralizar a noção de infância, mas também a tarefa de fazer ouvir o sujeito que dela se possa extrair, abrindo à possibilidade de produzir polissemia com aquilo que ela recebe do Outro como discurso social.

Retomemos, a partir das formulações freudianas, a noção de infantil para a psicanálise. Ao localizar na infância a base para a interpretação da vida psíquica do adulto, o infantil passa a ser aquilo que precede a criança, um trabalho psíquico necessário para transpor a posição de objeto de gozo do Outro, almejando a posição de sujeito desejante (Stein, 2011). É possível, então, deduzir desse trabalho psíquico uma “passagem” entre a condição de *infans* — falado por outro — e a de ser falante — capaz de emitir enunciados próprios.

Podemos pensar, então, que a criança é isso que vem dar testemunho dessa passagem, a única possibilidade de sabermos algo de nós mesmos, de nossa entrada na linguagem. Testemunha da experiência que não é mais acessível a nenhum de nós adultos, embora todos tenham passado por ela (Milano & Flores, 2015). Isso

significa supor a existência do sujeito na criança: apontar possibilidades de que ela enuncie um saber constituído dessa experiência.

Colocamo-nos, assim, diante da infância como ponto de inflexão, em que a subjetividade se arranja; esse instante de articulação específica entre Real, Simbólico e Imaginário. A partir de Didier-Weill (1995/1997), diz-se sobre a abertura da criança ao Real e o quanto essa condição afeta o saber e o saber fazer com a vida. A relação da criança com o saber suporta melhor as descontinuidades e as hiâncias que os adultos tamponam com muitos recursos, como o apagamento ou a negação à diferença e à diversidade, em um ataque à experiência em alteridade. Partimos daí para considerar que a criança é esse modo de estar no tempo da infância.

O sujeito não corresponde à “criança”, mas é efeito da lida com o que está dito no significante “criança”. É este o efeito de resposta ao lugar que lhe é atribuído: recusa, confirma, transforma. Por isso, tratar dos problemas da infância sempre exige uma maneira singular de se relacionar com o discurso social, de produzir resposta do Real, do significante que se presentifica na criança.

Porém, como grafar esse comparecimento subjetivo, quando se trata de um sujeito que ainda está ensaiando articulações entre língua e discurso, que caracterizam a linguagem?

Sauret (1998, p. 16) formulou que “não há sujeito fora da linguagem, mesmo que todo ‘o real do sujeito’ não passe pelo significante”. Compreendemos, então, que devemos tratar de uma resposta do Real ao significante.

Allouch (1995) trabalha com a hipótese de que antes da letra (gráfica) é o corpo que pode ou não ser lido. E, portanto, quando esse corpo tiver problemas para ser lido, isso terá efeitos sobre aquilo que ele produz. Isso localiza que a questão centra-se não na incapacidade da criança em produzir respostas sobre si, mas no entrave dos adultos em ler tais produções.

Tomamos emprestado a noção de “ilegível”, extraída do livro *Invisíveis*, da jornalista Fernanda da Escóssia (2021, p. 45), para fazer coro a essa condição da infância no Brasil. Em seu livro, a autora narra a jornada de pessoas sem documentos e até então sem identidade legalmente reconhecida, e os desafios para se tornarem titulares de um processo judicial diante do Estado, que até então não havia sido capaz de reconhecê-las como cidadãs. Ou seja, indivíduo, até então ilegível, entra com um processo para se tornar legível perante um mundo que lhe negou acesso e existência de direito.

Ao discutir o trabalho possível da psicanálise com as infâncias contra-hegemônicas, observamos que não se trata de “dar voz à infância”, mas, sim, de maneiras de se fazer ouvir a infância. Para fazer a palavra da criança ascender ao âmbito público, são necessários pontos de balizamento, no nível significante, para que seja possível tornar legível o ilegível, isto é, decifrável pelo Outro. É preciso en-

contrar formas de grafar a relação da criança com o saber para dar consistência à sua dimensão de sujeito na política.

O agir “criançável” na psicanálise

Françoise Dolto (2005) apresenta à psicanálise o valor da palavra da criança como causa política, palavra essa que, não necessariamente, articula-se no nível da letra ou da fala, mas que remete à escrita inconsciente e versa sobre o recurso da criança em forjar um ato de comparecimento subjetivo (Katz, 2008).

Para renovar votos da psicanálise com esse compromisso firmado por Dolto, retomemos as próprias bases, que a caracterizam como método de investigação e intervenção na cultura.

A psicanálise se distingue da ciência moderna na medida em que não se restringe a estudar o pensável, o dizível e o conceituável; ela também se ocupa do impensável, do indizível e do impossível de conceituar (Alberti & Elia, 2000). A psicanálise reafirma sua aliança com um saber que não se afirma apenas no campo simbólico, mas leva em conta a descontinuidade que há no campo da linguagem, um saber inconsciente por excelência.

Caon (1994) enfatiza o entendimento da psicanálise sobre seu método a partir da seguinte concepção:

A característica essencial que singulariza o pesquisador psicanalítico é o campo, o objeto e o método de sua pesquisa. Este campo é o inconsciente. O objeto é o enfoque ou perspectiva a partir de uma posição em que é colocado o pesquisador psicanalítico, a fim de aceder ao inconsciente. O método é o procedimento pelo qual ele se movimenta pelas vias ou perspectivas de acesso ao inconsciente. (Caon, 1994, p. 23)

Ao aproximarmos essa concepção do método psicanalítico da proposta da “criança enquanto método”, de Katz (2023), radicalmente admitimos a criança como operador para a psicanálise, retirando-a do assujeitamento. Para além disso, parece importante convocarmos a figura do analista a acompanhar a criança na investigação de seu próprio desejo e gozo na linguagem, auxiliando-a na decifração do Real.

Vicentin (2020) chama de “agir criançável” o *ethos* que pretende sustentar territórios de convivência, a experimentação do pensamento e a intervenção contextualizada e coletivizada junto a crianças. Supomos que caminhar em direção a essa ética de cuidado implica propor um dispositivo metodológico que permita operar com as infâncias tanto no espaço urbano quanto no campo subjetivo.

Com essa proposição, ousa-se pensar a posição do psicanalista na pólis. Enquanto se visualiza a reificação do sujeito pelas tecnociências, a psicanálise busca

recuperar, em outro discurso, esse sujeito expulso pela ciência (Voltolini, 2018). O psicanalista, ao adotar uma postura que articula análise crítica e responsabilidade ética, pode gerar ressonâncias desse modo de escuta no âmbito social. Essa prática assemelha-se ao gesto benjaminiano de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1987), ao iluminar as fissuras e os silêncios presentes nas narrativas hegemônicas sobre a infância. Tal abordagem opera justamente nos interstícios desses discursos dominantes, revelando as camadas subjugadas e experiências apagadas que desafiam as versões consolidadas da história.

A criança, por ter uma percepção não instrumentalizada do mundo, tem acesso privilegiado à linguagem, antes de sua domesticação pelo uso utilitário. Ela é atraída pelo que está às margens (limiões, objetos banais, palavras não compreendidas), acessa as verdades que os adultos ignoram. Didi-Huberman (2011, p. 155) aproxima a noção de “catador de restos”, de Benjamin (2012a), da noção de criança, pois ambos “profanam” objetos, ao reorganizarem fragmentos atribuindo-lhes sentidos fora da lógica operante.

Tomar a experiência da criança como método implica colocar do lado do psicanalista/pesquisador a figura do *flâneur* — passeante urbano (Benjamin, 2012b) — e do lado da criança o “catador de restos” (Benjamin, 2012a). Ambos vagam à deriva, coletam impressões e restos simbólicos que compõem a outra cena da infância, relegada à condição de resto. Supomos que a escuta-*flânerie* poderia ser um dispositivo metodológico e ético que combina a contemplação benjaminiana com a ética psicanalítica, pois aposta na capacidade de representar o mundo a partir do que foi descartado.

O psicanalista, em sua posição de *flâneur*, realiza-se como esforço de produção do Real a partir do Simbólico, que fura a consistência do Imaginário, essa consistência dos ditos sobre a criança, para se deixar produzir o dizer da criança. Da posição de *flâneur*, ele nomina os restos, para escrever com/sobre o corte do Real, sem a urgência de uma sutura médica, asséptica, que tampa o buraco pungente, mas com a delicadeza de uma costura bordada, tecida pela encomenda da singularidade do sujeito que se apresenta na criança.

Lacan (2006), em *Os nomes do pai*, alerta para duas vertentes do ato de nomeação: a “nomeação”, que é descritiva e ligada ao significante e à significação, e outra, ainda não correlata ao significante, mas que conecta o dizer para além dos ditos. Interessa-nos, nesta nossa metáfora metodológica, essa segunda vertente, pois é ela que permite a produção do Real a partir do enodamento com o Simbólico.

Apostamos no brincar como fato de linguagem privilegiado para dirigir-se à criança no território de sua própria infância e favorecer a produção desse ato de nomeação. O brincar admite certa abertura ao Real, que mobiliza o trabalho de significação sobre aquilo que, no lúdico, inscreve-se como enunciável e, simulta-

neamente, escapa à captura total pela linguagem. Inspiramo-nos em Benjamin (2002) para enfatizar que o brincar não é uma atividade ingênua, mas um ato de decifração histórica, em que a criança desvela, mesmo sem saber, as estruturas materiais e simbólicas de seu tempo.

Compreendemos a importância do encontro dos sujeitos com tais produtos culturais para criar condições de enunciação, pois é daí que eles podem extrair matéria-prima para construir suas próprias narrativas sobre a infância, afastando-se da lógica totalitária de alienação ao discurso, que apresenta uma verdade invariável sobre a criança, tal qual dos tecnocratas.

A figura do analista *flâneur* poderia inventar na transferência com a criança, ao se propor estar com ela em suas incursões pelo território que tem, por excelência, o brincar como ato de comparecimento subjetivo.

Essa relação sujeito e território pode ser verificada em situações como na proposta da ONG Redes da Maré, em que as crianças da favela da Maré endereçam cartas e desenhos ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para contar sobre o que é viver a experiência da violação de direitos.¹ Está também na presentificação da ancestralidade nas atividades lúdicas da criança indígena, a partir da oralidade, da natureza e da memória, que integram o brincar às atividades familiares e comunitárias. Ou até mesmo na grande valorização dada a determinados brinquedos e aos jogos eletrônicos, que reflete o enclausuramento das crianças nos grandes centros urbanos (Nolasco, 2020).

O brincar incide não só sobre a lógica da subjetividade, mas também sobre a lógica comunitária, pois as crianças formam seu próprio mundo a partir do olhar fragmentário do “catador de restos”, que não renuncia à totalidade, mas a procura nos detalhes quase invisíveis. Assim, é por meio dos fragmentos que a criança produz o pequeno mundo inserido no grande mundo, dando notícias de que a cena social não só atravessa a subjetividade como a constitui, corporifica o sujeito a partir de determinado lugar ofertado no laço.

Acompanhamos Benjamin (2012b) quando diz que um acontecimento pode decantar em experiência somente ao ser compartilhado, narrado e transmitido. Por isso, vislumbramos a figura do analista *flâneur* como operador do *ethos* “criançável”, pois essa postura investe na transferência que se efetua por uma lateralização: posiciona-se ao lado da criança não como um intérprete ou guia, mas como cocartógrafo de sua experiência singular. Trata-se de auxiliá-la a decifrar como suas vivências se articulam, ou se confrontam, com os discursos hegemônicos sobre a infância, mapeando fissuras e ressonâncias entre o vivido e o que é socialmente narrado, transmitido.

¹ Para acesso às cartas das crianças da Maré, acesse: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/politica/1565803890_702531.html.

Esse lugar ocupado pela criança entre a experiência e a linguagem permite ecoar a própria ética da psicanálise, pois a linguagem comporta as diferentes formas de dizer nas articulações entre língua e discurso. Diante da insuficiência dos nomes, a infância pode indicar a lógica, o lugar e a fórmula para cercar o que está referido como resto.

Conclusão

A relação da criança com o saber se difere da do adulto, o que não quer dizer que ela não saiba, mas, sim, que o saber, no tempo da infância, produz-se em outras bases. Essa diferença marca um modo de relação com a falta, que acessa outros registros da experiência marcados pelo Real.

Ousamos pensar os limites da linguagem, que rompe com a ideia do indizível como ilegível, aquém dos efeitos da interpretação, ou, conforme aponta Agamben (2005, p. 11): “A singularidade que a linguagem deve significar não é um inefável, mas é o supremamente dizível, a *coisa* da linguagem.”

Buscamos apresentar elementos que permitam à psicanálise afirmar que as crianças sabem o que dizem, destacando também o quão fundamental se faz nossa disposição em escutá-las. Essa disposição retoma o infantil como solo fundante, arcaico e originário, produtor da fratura necessária para a entrada na linguagem, que impulsiona o sujeito a enunciar-se como tal.

Stein (2011), em seu texto “Infantil, eu?”, lembra-nos que, seja adulto, seja criança, é sempre o infantil que faz questão. Interrogamos a figura do analista: “Criançável, eu?”, partindo de Vicentin e do *ethos* “criançável”: propomos que o analista renuncie à sobredecodificação tecnocrata sobre a infância e assuma outra relação com o saber, próxima a essa sustentada pela criança diante da vida, que suporta a hiância sem a ânsia de preenchê-la com significações prévias.

O movimento criançável se figura como convite à psicanálise para sair do consultório e confrontar-se com as urgências do mundo, colocando a criança no centro não como problema, mas como pista para decifrar o mal-estar da civilização. Esse é o giro necessário na posição do psicanalista, qual seja, de um sujeito crítico, que denuncia estruturas opressivas, para um analista cidadão, que atua não apenas como questionador, mas como participante ativo na esfera pública (Voltolini, 2018).

Ao recusar soluções pragmáticas e privilegiar o saber da criança, capaz de subverter a ordem estabelecida, saímos das predicções estigmatizantes sobre a “infância” ou a “ausência de infância” e pleiteamos políticas que não só reconheçam a pluralidade da experiência da criança, mas também a capacidade de variação permanente que cada um porta, impedindo-a de ser homogênea ou portar resultado definitivo do que é o sujeito.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2005). *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (p. 11). Belo Horizonte: Editora UFMG (Trabalho original publicado em 1978)
- Agamben, G. (2007). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1995)
- Alberti, S., & Elia, L. (Orgs.) (2000). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Allouch, J. (1995). *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar* (D. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Apalai, A. W., Brito, A. C. U., & Custódio, E. S. (2022). O brincar das crianças indígenas no Pará: um olhar para as narrativas e vivências do povo Aparai. *Reflexão e Ação*, 30(1), 115-131. Recuperado em 6 de julho, 2025, de <https://doi.org/10.17058/rea.v30i1.15741>
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trad.) (2a ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Vol. 1, pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1987)
- Benjamin, W. (2002). *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. São Paulo: Ed. 34.
- Benjamin, W. (2012a). Infância em Berlim por volta de 1900. In W. Benjamin. *Obras escolhidas II* (pp. 73-145). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2012b). O flâneur. In W. Benjamin. *Obras escolhidas III* (pp. 185-236). São Paulo: Brasiliense.
- Burgarelli, C. G., & Victor, E. A. (2022). Sujeito e objeto na clínica psicanalítica: a função do resto. *Revista Subjetividades*, 22(1), e12158. Recuperado em 20 de abril, 2025, de <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i1.e12158>
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(2).
- Carneiro, A. B., & Pinheiro, C. D. (2011). A radicalidade do resto e os efeitos do mal-estar. *Polêmica*, 10(2), 202-212. Recuperado em 6 de julho, 2025, de <https://doi.org/10.12957/polemica.2011.2854>
- Corazza, S. M. (2000). *História da infância sem fim*. Ijuí: Unijuí.
- Didi-Huberman, G. (2011). La imagen-malicia. Historia del arte y rompecabezas del tiempo. In G. Didi-Huberman. *Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes* (pp. 137-237). Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Didier-Weill, A. (1997). *Os três tempos da lei. O mandamento siderante, a injunção do supereu e a inovação musical* (A. M. Alencar, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1995)

- Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. São Paulo: Ideias & Letras. (Trabalho original publicado em 1985)
- Escóssia, F. da. (2021). *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento* (p. 45). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975)
- Gurski, R. (2012). O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada? *Educação em Revista*, 28(1), 61-78. Recuperado em 20 de abril, 2025, de <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100004>
- Katz, I. (2008). Escrita ilegível: o que não se pode ler no que está escrito. *Estilos da Clínica*, 13(25), 78-93. Recuperado em 20 de abril, 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282008000200006&lng=pt&tlng=pt
- Katz, I. (2021). Criança como método para ler Lacan. *Revista Traço*, 12(3), 45-60. Recuperado em 20 de abril, 2025, de https://revistatraco.com/14_crianca-como-metodo-para-ler-lacan-1/
- Katz, I. (2023). O problema da universalização da primeira infância: dinâmicas de produção de conhecimento e políticas públicas. *Revista Rosa*, 7(3).
- Lacan, J. (2006). *Os nomes do pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1963)
- Milano, L., & Flores, V. do N. (2015). Do balbucio às primeiras palavras: continuidade e descontinuidade no devir de um falante. *Letras de Hoje*, 50(1), 64-72. Recuperado em 20 de abril, 2025, de [10.15448/1984-7726.2015.1.18393](https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.1.18393)
- Nolasco, L. R. (2020). *Infância(s) no neoliberalismo: perspectivas sobre o brincar*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. Recuperado em 20 de abril, 2025, de [10.11606/D.47.2020.tde-17022021-151236](https://doi.org/10.11606/D.47.2020.tde-17022021-151236)
- Sauret, M. J. (1998). *O infantil e a estrutura* (p. 16). São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Schéner, R. (2009). *Infantis: Charles Fourier e a infância para além da infância*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Stein, M. L. M. (2011, janeiro-junho). Infantil, eu? *Rev. Assoc. Psicanalítica de Porto Alegre*, (40), 9-17. Recuperado em 20 de abril, 2025, de <http://www.apoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista40-1.pdf>
- Vicentin, M. C. G. (2020). “Criancar o descriançável”: a transicionalidade da infância e o paradoxo da proteção-liberdade. *ClimaCom: Devir Criança*, 7(18), 1-11. Recuperado em 20 de abril, 2025, de <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/criancar-odescricancavel-a-transicionalidade-da-infancia-e-o-paradoxo-da-protecao-liberdademaria-cristina-goncalves-vicentin>

- Voltolini, R. (2018). O psicanalista e a pólis. *Estilos da Clínica*, 23(1), 47-61. Recuperado em 20 de abril, 2025, de <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i1p47-61>
- Voltolini, R. (2019). Crianças públicas, adultos privados: falar da infância. *Clínica & Cultura*, 8(2), 108-121. Recuperado em 20 de abril, 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200009&lng=pt&tlng=pt

Recebido: 28/04/2024

Aprovado: 05/05/2024